



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO**

1. IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE CURRICULAR

Curso: **Direito**

Atividade Curricular/Disciplina: Prática Jurídica I

Carga horária total: 60 horas

Período Letivo:

Professor/Turmas:

2. OBJETIVOS:

- ❖ Qualificar os/as discentes com o conhecimento necessário para atuação prática junto ao sistema de justiça.

3. COMPETÊNCIAS/HABILIDADES (Res. CNE/CES Nº 5/2018, art. 4º)

Consistem em proporcionar ao graduando e à graduanda competências cognitivas, instrumentais e interpessoais que os (as) capacitem para:

- ❖ Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) mediante articulação de conhecimento teórico para a resolução de problemas;
- ❖ Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
- ❖ Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas
- ❖ Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- ❖ Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- ❖ Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- ❖ Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- ❖ Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- ❖ Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

4. EMENTA

- ❖ A prática forense e a ordem constitucional. Os órgãos do sistema de justiça. A defesa dos direitos fundamentais. A integração entre prática e teoria. As novas tecnologias de acesso ao sistema de justiça. Elaboração de petições.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I	A PRÁTICA JURÍDICA E A ORDEM CONSTITUCIONAL. 1.1. Como conceber a atuação da prática jurídica inserida na atual ordem constitucional. 1.2. Desafios do caráter principiológico na atuação prática do/a jurista.
UNIDADE II	DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE JUSTIÇA. 2.1. Visitação aos principais órgãos do sistema de justiça, com ênfase ao debate de suas competências.

UNIDADE III	DA DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. 3.1. Como atuar na defesa dos direitos fundamentais. 3.2. Atividade judicial e extrajudicial desenvolvida pelos órgãos do sistema de justiça no exercício desta competência.
UNIDADE IV	DA INTEGRAÇÃO ENTRE PRÁTICA E TEORIA. 4.1. A superação da dicotomia direito material e direito processual. 4.2. A importância da doutrina na fundamentação dos argumentos dedicados à elaboração das peças processuais.
UNIDADE V	AS NOVAS TECNOLOGIAS DE ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA. 5.1. Influência da tecnologia no direito. 5.2. Novas tecnologias de acesso ao direito.
UNIDADE VI	ELABORAÇÃO DE PEÇAS JURÍDICAS. 6.1. Elaboração de diferentes peças processuais a partir de estudos de casos. 6.2. O peticionamento extrajudicial.

6. RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS

- ❖ Data show. Debate de processos. Consulta à legislação e outros materiais.

7. METODOLOGIA

Para que sejam alcançados os objetivos enunciados propomos a execução das seguintes ações didáticas:

Conteúdo	Ações Didáticas	Competências e Habilidades
Unidade I	Aula expositiva e debates	1. Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) mediante articulação de conhecimento teórico para a resolução de problemas; 2. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas. 3. Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; 3. Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
Unidade II	Visita	1. Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) mediante articulação de conhecimento teórico para a resolução de problemas; 2. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas. 3. Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica; 3. Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
Unidade III	Aula expositiva e debates	1. Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) mediante articulação de conhecimento teórico para a resolução de problemas; 2. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas. 3. Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e

		de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; 3. Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
Unidade IV	Aula expositiva, elaboração de peças e debates	1. Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) mediante articulação de conhecimento teórico para a resolução de problemas; 2. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas; 3. Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas; 4. Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
Unidade V	Aula expositiva, debates e uso do tecnologias	1. Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) mediante articulação de conhecimento teórico para a resolução de problemas; 2. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas. 3. Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas; 4. Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica; 5. Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
Unidade VI	Aula expositiva, elaboração de peças e debates	1. Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) mediante articulação de conhecimento teórico para a resolução de problemas; 2. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.; 3. Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas; 4. Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão; 5. Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.

8. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

- ❖ Conforme Regimento Geral da UFPA, arts. 178 a 180, são atribuíveis os seguintes conceitos, equivalentes às notas:
EXC – Excelente (9,0 - 10,0)
BOM – Bom (7,0 - 8,9)
REG – Regular (5,0 - 6,9)
INS – Insuficiente (0 - 4,9)
- ❖ Sendo considerado aprovado o discente que obtiver o conceito REG, BOM ou EXC e pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de frequência nas atividades programadas.
- ❖ Complementa o Regulamento do Ensino de Graduação 2013 no art. 96 que o conceito final será resultante do conjunto de procedimentos de avaliação, enunciados no presente plano.
- ❖ Para fins de atribuição de conceitos, os discentes serão avaliados em, pelo menos, dois momentos:

1ª Avaliação	Critérios	Nota
Relatório de visitação dos órgãos do sistema de justiça	Participação e análise crítica	10
2ª Avaliação	Critérios	Nota
Desenvolvimento de tecnologias	Conteúdo e habilidades desenvolvidas.	10
3ª Avaliação	Critérios	Nota
Elaboração de peças processuais	Conteúdo e estrutura	10

9. REFERÊNCIAS BÁSICAS

CHACON, Luis Fernando Rabelo. *Manual de Prática Forense Civil*. Saraiva, 2019.

CHACON, L. F. R.; CORDER, L. H. L. A. D. S. *Prática forense para estagiários*. São Paulo: Saraiva, 2012.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. *Como decidem as Cortes?*. FGV: São Paulo, 2013.

COMPLEMENTAR

ARAS, José. *Prática Profissional De Direito Administrativo*. Salvador: Jus Podium, 2019.

CARNELUTTI, Francesco. *Como se Faz um Processo*. Osasco, SP: Líder, 2002.

COSTA, Elcias Ferreira da. *Deontologia Jurídica - Ética das Profissões Jurídicas*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017.

COUTURE, Eduardo. *Os Mandamentos do Advogado*. Porto Alegre: SAFE, 1999.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Prática Forense Penal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.